

APRESENTAÇÃO	5
O FUTURO DO DIREITO COMO LUTA CONTRA A IDOLATRIA TECNOLÓGICA	
Jesús Ballesteros	7
ONTOLOGIA E HISTORICIDADE: RECONSTRUÇÃO DO MÉTODO NA TEORIA DO ESTADO	
Luís Guilherme Nascimento de Araujo e Clovis Gorczewski	20
CIDADES ACOLHEDORAS: REFÚGIO E DEVER DE ACOLHER	
Alessandra Monteiro Machado e Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira	29
RIO GUAÍBA E DIREITO AMBIENTAL MUNICIPAL: DESAFIOS JURÍDICOS PARA A PROTEÇÃO DE UM PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO	
Mariângela Guerreiro Milhóranza e Jéssica Dias da Luz.....	41
AUTONOMIA PESSOAL EM CUIDADOS DE SAÚDE: AVANÇOS E RETROCESSOS	
Patrícia Fernandes Fraga.....	50
CONSUMIDOR DIGITAL COMO SUJEITO RELACIONAL	
Amanda Hansen Klauck.....	64
SECURITIZAÇÃO MUNICIPAL E RESPONSABILIDADE POR INCONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE	
Gustavo Assed Ferreira e João Vinícius de Souza Ferreira.....	76

APRESENTAÇÃO

A Revista da ESDM chega à sua 23ª edição reafirmando o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento científico no campo do Direito, especialmente no âmbito do Direito Público Municipal. Ultrapassando a expressiva marca de mais de 10 anos publicando semestralmente conteúdos acadêmicos de excelência, acessíveis gratuitamente ao público, o periódico segue estimulando o debate jurídico de vanguarda e promovendo o fortalecimento da pesquisa científica nacional e internacional.

Inicialmente com classificação B3 pela CAPES, a Revista da ESDM segue empenhada em ampliar seu impacto e sua qualidade editorial, continuamente preparada para as atualizações do sistema de avaliação da CAPES. A cada nova edição, buscamos expandir o alcance e o rigor da produção acadêmica, fortalecendo a interlocução indispensável entre teoria e prática, entre Direito e sociedade.

Nesta edição, reunimos sete artigos que enfrentam temas contemporâneos, transversais e de elevada densidade teórica e relevância prática para a gestão pública e o pensamento jurídico. Contamos com a valiosa contribuição de pesquisadores do Brasil e do exterior, cujas reflexões enriquecem substancialmente as discussões do direito público contemporâneo.

Abrimos a edição com a densa reflexão do Prof. Jesús Ballesteros no artigo "*O Futuro do Direito como Luta contra a Idolatria Tecnológica*", no qual examina a tarefa do Direito diante dos riscos de submissão do humano às engenharias industrial, financeira, biotecnológica e digital, resgatando a primazia da pessoa e do trabalho sobre o capital e o algoritmo.

No segundo artigo, "*Ontologia e Historicidade: Reconstrução do Método na Teoria do Estado*", Luís Guilherme Nascimento de Araujo e Clovis Gorczewski problematizam o método na Teoria do Estado a partir da ontologia de Hermann Heller, propondo sua complementação por uma perspectiva histórico-relacional apta a desvelar as mediações concretas entre a forma estatal e o capitalismo.

No terceiro artigo, Alessandra Monteiro Machado e Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira abordam o tema "*Cidades Acolhedoras: Refúgio e Dever de Acolher*", analisando os fundamentos éticos, normativos e teológicos da proteção internacional aos refugiados e destacando a centralidade da escala municipal na integração local, a partir de um exame aprofundado da experiência e dos marcos normativos de Porto Alegre.

Na sequência, Mariângela Guerreiro Milhoranza e Jéssica Dias da Luz apresentam o estudo "*Rio Guaíba e Direito Ambiental Municipal: Desafios Jurídicos para a Proteção de um Patrimônio Ambiental Urbano*", que investiga a necessária articulação entre planejamento urbano, federalismo cooperativo, infraestrutura verde e resiliência climática pós-enchentes de 2024 na proteção deste patrimônio da capital gaúcha.

O quinto artigo, "*Autonomia Pessoal em Cuidados de Saúde: Avanços e Retrocessos*", de autoria de Patrícia Fernandes Fraga, traça um percurso histórico-documental acerca da

construção da autonomia do paciente e dos direitos da personalidade, delimitando a transição do paternalismo médico para o primado do consentimento livre e esclarecido.

Em seguida, Amanda Hansen Klauck discute o "*Consumidor Digital como Sujeito Relacional*", propondo uma releitura do Código de Defesa do Consumidor frente à economia de plataformas, à opacidade algorítmica e à necessidade de proteger as repercussões existenciais e patrimoniais do consumo no âmbito familiar e sucessório.

Encerrando a edição, Gustavo Assed Ferreira e João Vinícius de Souza Ferreira examinam a "*Securitização Municipal e Responsabilidade por Inconstitucionalidade Superveniente*", trazendo à tona as repercussões da Lei Complementar nº 208/2024 e propondo um critério dogmático de previsibilidade do vício tributário para a repartição equilibrada de riscos entre o município cedente e o investidor cessionário.

Com esta nova edição, reafirmamos nosso propósito de fomentar o pensamento crítico, contribuir para o aprimoramento das instituições públicas e valorizar o papel do conhecimento científico na construção de soluções para os desafios enfrentados pelos municípios brasileiros.

A Revista da ESDM permanece indexada em importantes bases de dados, como LATIN-DEX, RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional), Google Scholar e Miguilim, e segue empenhada em ampliar sua inserção e visibilidade nos meios acadêmicos.

Agradecemos aos autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas pela dedicação e compromisso na avaliação dos textos. Sua contribuição é essencial para a qualidade desta publicação.

Aos leitores, desejamos uma leitura proveitosa e instigante, certos de que os temas abordados nesta edição serão de grande relevância para a pesquisa, a prática jurídica e a formulação de políticas públicas.

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira
Diretora Editorial da Revista da ESDM